



Publicado no D. O. E. n.º 31.518

de 05/10/09, a PG

do 3º caderno

**ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
SECRETARIA GERAL**

**Ato n.º 12**

**Dispõe sobre emenda ao Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, regulamentando a gradação de aplicação de multas.**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 22/09/09 e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a gradação para aplicação das multas, conforme determinação do § 3º, art. 57 da Lei 25/94 ( Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará);

**CONSIDERANDO** proposta de emenda regimental apresentada pelos Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lucia Barbalho da Cruz, Daniel Lavareda e Cezar Colares;

**CONSIDERANDO** parecer do Conselheiro Aloísio Chaves, Relator na forma do artigo 142 do Regimento Interno, aprovado por unanimidade de votos, na sessão ordinária realizada nesta data, nos termos da Ata da sessão;

**RESOLVE:**

Promulgar a seguinte emenda ao Ato n.º 09, de 09 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

Art. 1º – O Ato 09/1995, que instituiu o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará passa a vigorar acrescido dos dispositivos constantes do

Tv. Magno de Araújo, 474

Belém - Pará





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
SECRETARIA GERAL

“Capítulo VII – Das Multas” inserido no Título XI, com as seguintes redações:

“TÍTULO XI  
CAPÍTULO VII  
DAS MULTAS

Art. 120-A. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará poderá aplicar, nos termos do § 3º, do art. 57, da Lei Complementar 25/1994, multas nos seguintes valores:

I – contas julgadas irregulares de que não resulte em débito, nos termos do parágrafo 4º do art. 52 da LC 025/1994 – de R\$ 250,00 a R\$ 5.000,00;

II – atos praticados com infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial ou operacional – de R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário – de R\$ 1.500,00 a R\$ 30.000,00;

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência determinada pelo Relator – de R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00;

V – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias – de R\$ 750,00 a R\$ 15.000,00;

VI – sonegação de processo, documento ou informação solicitados em inspeção ou auditoria – de R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00;

VII – reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal – de R\$ 1.000,00 a R\$ 20.000,00.

Parágrafo único – Para os termos do inciso II do *caput* deste artigo, consideram-se dentre outros, os seguintes atos:

I – promoção pessoal de agentes políticos e servidores;

II – admissão de pessoal em desacordo com as normas constitucionais e/ou legais;

III – realização de despesas sem o devido processo licitatório;

IV – realização de processos licitatórios irregulares

V – abertura de créditos suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação da fonte de recursos disponíveis correspondentes;





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**  
**SECRETARIA GERAL**

VI – realização de despesas que excedam os créditos orçamentários;

VII – transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem prévia autorização legislativa.

Art. 120-B. A inobservância de prazos estabelecidos em lei ou em ato normativo do Tribunal, para remessa dos instrumentos de planejamento, prestações de contas, atos, contratos, convênios, pareceres, relatórios ou quaisquer outros documentos solicitados por meio impresso ou informatizado, sujeita o responsável ao pagamento de multa nos seguintes valores:

I - atraso inferior ou igual a 30 (trinta) dias – de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00;

II - atraso superior a 30 (trinta) dias e inferior ou igual a 60 (sessenta) dias – de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00;

III - atraso superior a 60 (sessenta) dias e inferior ou igual a 90 (noventa) dias – de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00;

IV - atraso superior a 90 (noventa) dias – de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00.

§ 1º – Deixando o responsável de encaminhar os instrumentos de planejamento, atos, contratos, convênios, pareceres, relatórios ou quaisquer outros documentos a que se encontra obrigado por força de lei ou ato normativo do Tribunal, ser-lhe-á aplicada multa de R\$ 250,00 a R\$ 5.000,00.

§ 2º – O não encaminhamento ao Tribunal de prestação de contas, dando ensejo à instauração de tomada de contas, sujeita o Ordenador à aplicação de multa de R\$ 750,00 a R\$ 15.000,00.

Art. 120-C. As multas de que trata este Capítulo serão reajustadas periodicamente com base no índice inflacionário, com os cálculos publicados através de Portaria.

Art. 120-D Na ocorrência de infrações passíveis de multa, nos termos deste Regimento, constará na citação do responsável, a descrição do ato praticado, a indicação da infração cometida e a fundamentação legal.

Parágrafo único - Quando o infrator for pessoa diversa do Ordenador de Despesas, o





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**  
**SECRETARIA GERAL**

Relator ou Auditor do feito providenciará a respectiva notificação, que conterá a qualificação do agente e os demais elementos de que trata este artigo.

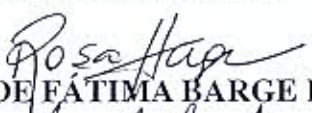
Art. 120-E As multas de que trata este Capítulo serão aplicadas à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular e, cumulativamente, a cada agente que para ele tiver concorrido.

Parágrafo único – A comprovação do pagamento das multas será encaminhada ao TCM-PA, que procederá a respectiva baixa de responsabilidade em um prazo máximo de 15 dias, contado da data do recebimento.

Art. 2.º Esta emenda regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 22 de setembro de 2009.

**Belém, 22 de setembro de 2009.**

  
Conselheira **ROSA DE FÁTIMA BARGE HAGE**

**Presidente**

  
Conselheiro **JOSE CARLOS ARAUJO**

**Vice-Presidente**

  
Conselheira **MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**

**Corregedora**

  
Conselheiro **ALCIDES ALCÂNTARA**

  
Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**

  
Conselheiro **LUIZ DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

  
Conselheiro **CEZAR COLARES**